

**A Umbanda na ditadura militar em Santa Catarina:
as estratégias das “senhoras-do-santo”**

Cristiana Tramonte, UFSC
tramonte@ced.ufsc.br

O período ditatorial militar no Brasil tem como consequência a ruptura violenta nos processos participativos da sociedade civil, o que explica o desaparecimento total nos meios de comunicação das já escassas informações sobre expressões culturais populares, entre elas, as religiões afro-brasileiras. Desaparece do cenário público a figura do “povo brasileiro” - leia-se principalmente classes populares – e suas práticas culturais. Em Santa Catarina, liderando ações de resistência e construção de estratégias de expansão religiosa, estão as mulheres, “yalorixás”, “senhoras-do-santo”, em sua maioria negras e pobres. O predomínio quase absoluto de mulheres entre os praticantes caracteriza um fenômeno de liderança e hegemonia: entre o “povo-de-santo” a hierarquia de gênero está invertida, vale dizer, os grupos geralmente excluídos na sociedade envolvente – mulheres heterossexuais e homossexuais masculinos – estão no topo da pirâmide, no que diz respeito à autoridade e legitimidade religiosas.

Considerando que a exclusão da mulher agrava-se conforme sua condição étnica e de classe, destaca-se a importância do espaço religioso afro-brasileiro para a condição social da mulher, especialmente aquela pertencente a grupos afro-brasileiros e de classes populares que, desta forma, assumem a liderança de uma densa rede urbana que articula valores da tradição - papéis historicamente reservados a estas – e da modernidade – a liderança em espaços que congregam a amplitude social de gênero e classe. Analisam-se as estratégias de articulação política e social e de expansão cultural e religiosa no período da ditadura militar brasileira.

A “Era de Chumbo” e as religiões afro-brasileiras em Florianópolis

A passagem da década de 60 para 70 será um marco para o Brasil e também para a região de Florianópolis. O país vivia, nos primeiros anos da década de 60, a plena realização do período populista, com uma efervescente demanda da sociedade civil, com movimentos reivindicatórios e culturais em todas as classes sociais. Com as bases firmadas no getulismo de 1930, a sociedade brasileira vivia uma aproximação com a

possibilidade de participar do poder, ainda que tangencialmente, abruptamente rompida pelo Golpe Militar de 1964 .

A segunda metade da década será marcada por um autoritarismo crescente que atingirá seu auge no início dos anos 70. Esta ruptura violenta nos processos participativos brasileiros, explica o desaparecimento total nos meios de comunicação das já escassas informações sobre as religiões afro-brasileiras, vácuo que será claramente observável quando pesquisamos o período em Florianópolis. É como se desaparecesse do alcance da visão do país a figura do “povo brasileiro” - leia-se principalmente classes populares - e, com estas, suas práticas culturais. A religião afro-brasileira, que já vivia o desafio da superação da invisibilidade, será novamente remetida ao anonimato, junto com outras expressões populares, cuja valorização coletiva poderia ser até mesmo interpretada como “subversão”.

Entretanto, um dado que parece contraditório à primeira vista, pode ser apenas a face da mesma moeda: o Censo brasileiro de 1960 fez a seguinte classificação religiosa: católicos romanos, protestantes, **espíritas**, israelitas, ortodoxos, maometanos, outras religiões e sem religião. Na chamada “zona de Florianópolis”¹ foi apontado um contingente de 5.030 espíritas (0,5%) numa população total de 260.149 habitantes. Tomando-se os municípios que nos interessam - por compor a área estudada da Grande Florianópolis - teremos: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José². Como a classificação das religiões afro-brasileiras simplesmente não aparece, podemos deduzir, pelos depoimentos dos entrevistados, que os seus adeptos poderiam ter se incluído, ou entre católicos romanos, ou, na falta da opção específica, seriam englobados na classificação geral de espíritas - a hipótese mais provável. Restaria ainda a classificação em “outras religiões”, embora os dados não permitam analisarmos se isto de fato ocorreu, e em qual proporção, e a classificação do Censo seja genérica demais à época para tal especificação.

Analisando-se a população total dos municípios em 1960 em relação com a parcela do mesmo que se declara **espírita**, observa-se que em Biguaçu 0,76% da população de espíritas; em Palhoça, 0,22%; em São José 0,67% e em Florianópolis uma

¹ Engloba os municípios de Biguaçu, Camboriú, Florianópolis, Nova Trento, Palhoça, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José, Tijucas. IBGE. Serviço de Estatística Demográfica, Social e Política. Censo demográfico de 1960. SC. VII Recenseamento Geral do Brasil, vol. I, tomo XV, I parte. Idem, Sinopse Estatística de SC, 1971

²População total de 22.380 (Biguaçu) ; 97.827 (Florianópolis) ; 27789 (Palhoça); 31.193 (São José)

parcela maior - 4,6% - numa proporção cerca de sete vezes, em alguns casos, oito vezes maior que os demais municípios da Grande Florianópolis. Esta informação parece sugerir a tendência cosmopolita das religiões afro-brasileiras em Florianópolis que se avolumam em áreas mais densamente povoadas e mais urbanizadas.

As senhoras do povo-de-santo: anonimato e estigmas

Outro dado intrigante é a proporção entre homens e mulheres freqüentadores do espiritismo. Ora, todos os depoimentos indicam, que similarmente à trajetória do candomblé baiano, em Florianópolis também a liderança da Umbanda nos primórdios estava formada entre o sexo feminino. Pode-se mesmo afirmar que indivíduos do sexo masculino constituíam uma minoria e geralmente ocupavam, na hierarquia religiosa, posições inferiores às mulheres. Porque então, no Censo, homens e mulheres praticamente igualam-se? Em Biguaçu 63 (H) e 74 (M), em Florianópolis, 2221 (H) e 2256 (M); em Palhoça, 32 (H) e 31 (M); São José, 106 (H) e 106 (M). Parece-nos possível extrair que, a exemplo do que ocorria em toda a sociedade brasileira, a mulher enfrentava mais obstáculos de expressão quando sua prática era considerada marginal ao estabelecido e aceito socialmente. Ou seja, a repressão moral, dos costumes, dos princípios religiosos e filosóficos sempre abateu-se com maior força sobre as mulheres; estas tenderam a esconder mais suas idiossincrasias e preferências, inclusive as religiosas. Aos homens era reservado espaço um pouco mais amplo de expressão individual, permitindo a alguns adeptos declarar no Censo professar uma religião ainda marginalizada. Às mulheres, restava declarar-se católica romana, e, em alguns raros casos, “espírita”. Embora não seja possível confirmar esta informação à luz dos dados do Censo é possível traçar a hipótese, analisando o contexto histórico e a conformação específica das religiões afro-brasileiras em nível local.

Pedro³ analisa detidamente as representações sobre a mulher e a realidade da busca pela sobrevivência na feminina na antiga Desterro/ Florianópolis dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, no bojo do chamado processo de “modernização”. Ela demonstra como a normatização do comportamento e dos papéis

³PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**. Uma questão de classe. Florianópolis:EDUFSC, 1994.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

sociais destinados às mulheres cria um imaginário sobre estas, que excluía a população pobre. Ou seja, às integrantes do sexo feminino pertencentes às elites era possível cumprir com as expectativas de comportamento, mas as pobres, pressionadas pelas condições de vida e premência de trabalho e sobrevivência, acabavam rompendo totalmente com o padrão hegemônico que determinava quais seriam as “atividades e aptidões naturais” femininas.

Embora o estudo da historiadora refira-se à Florianópolis nos princípios do século XX, pode-se imaginar que estas representações sobre a condição da mulher tenham permanecido praticamente as mesmas até meados do século, por alguns motivos: em primeiro lugar, porque é justamente nesta época que principiam os movimentos feministas em nível mundial e seus reflexos ainda não haviam chegado a localidades menores, como a Florianópolis da época. Na Ilha de Santa Catarina, como vários estudos já indicaram, as transformações econômicas, sociais e, portanto, de costumes, começaram a ocorrer na década de 60, de forma ainda lenta e defasada se comparada aos grandes centros do país e, evidentemente, aos grandes centros mundiais. A própria região de Florianópolis começa a desenvolver-se em termos urbanos, de forma intermitente, justamente nesta época, ocasião em que principia o intercâmbio de informações e a decorrente transformação dos valores morais e de costumes da população.

Este é o cerne da marginalização da imagem das mulheres das classes populares e a base sobre a qual se assenta seu silêncio e a dificuldade destas em emitirem juízos, opiniões, idiossincrasias e preferências. É provável que esse fator explique porque, nos anos 60, em Florianópolis, a expressão majoritariamente feminina umbandista no Censo não corresponda à realidade, sendo igualada à participação masculina. Considerando-se o preconceito e estigmatização que perseguiram as religiões afro-brasileiras desde seus primórdios, e ainda bastante evidentes naquele momento, pode-se entender porque a mulher em Florianópolis - principalmente a das classes baixas - ainda nos anos sessenta do século XX se recusasse a declarar sua adesão à Umbanda.

Estudando a passagem da Desterro do século XIX para a Florianópolis do século XX, Pedro demonstra como a imprensa - agência de formação de opinião pública - contribui para a discriminação da mulher trabalhadora, que permanece à margem dos padrões hegemônicos determinados para seu gênero. Assim, sua atividade, local de

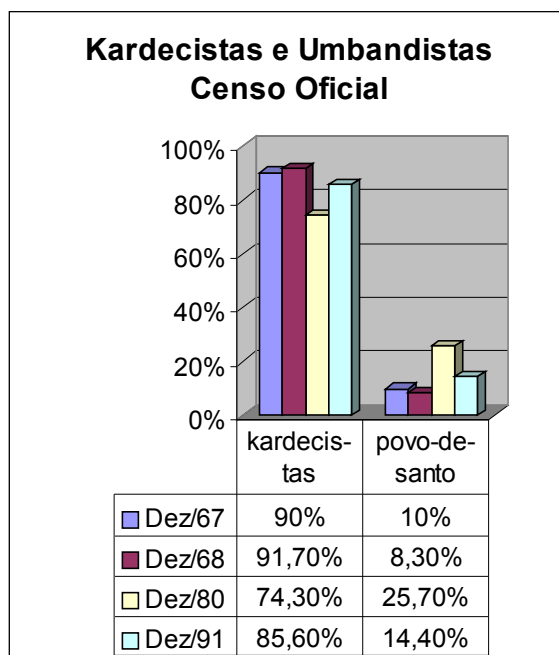
moradia, vestimentas, comportamento e até mesmo a opção religiosa em nada coadunavam com a “segregação ao lar e à família” preconizada pelos valores vigentes dominantes. A autora vai ainda mais longe, afirmando que a repressão não se limitava apenas à condenação moral de padrões de conduta, mas traduzia-se em atos de violência policial. Diz a autora: *“Especificamente em relação às mulheres pobres urbanas havia – além das tentativas de reajustamento social dirigidas à sua classe – toda uma preocupação centrada em expectativas de comportamento considerado como próprio para mulheres. Isso permitia à polícia usar, sem traumas, toda uma série de repressões e arbitrariedades ‘pois tratava-se, não só de gente pobre, como de mulheres que fugiam às normas próprias de sua natureza’.* (p. 153). Um relatório de polícia dos anos 1910-1911 citado, aponta a porcentagem elevada de pardas e negras detidas, o que indica, segundo ela, os obstáculos enfrentados pela mulher pobre e negra na Florianópolis do início do século. Ora, a mulher negra e pobre corresponde exatamente ao perfil do grupo fundador da Umbanda local três décadas depois, o que nos leva a pensar que esta situação de dificuldades não se alterará ao longo de toda primeira metade do século, como apontam vários autores⁴ sobre a estagnação geral do período.

Legalidade, controle e aceitação: a presença da Umbanda no Censo Demográfico⁵

Gráfico n.1 – Divisória da classificação “espírita”- SC – 1968

⁴PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e Modernização**. Um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli [s/d]; PELUSO JR, Victor Antonio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC:Secretaria de Estado da cultura e do Esporte, 1991; CARDOSO, Fernando Henrique, IANNI, Octávio. **Côr e Mobilidade Social em Florianópolis**. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960. 295 p.; CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979

⁵TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá**. Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Itajaí: Ed. Da UNIVALI; Florianópolis, Ed. Lunardelli, 2001



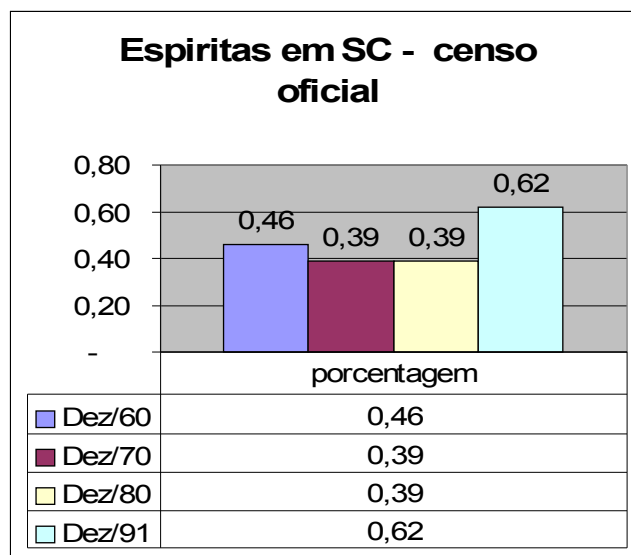
Dados: IBGE. Elaboração: Tramonte, 2001

O Censo de 1968, realizado em plena vigência do governo militar autoritário, desmembra a classificação do Espiritismo em Umbanda e Kardecismo e informa: em 31/12/1967, em Santa Catarina, constam 10.688 kardecistas e 1.066 umbandistas (total de 11.754). Ao final do ano seguinte, 1968, 11.729 kardecistas e 1061 umbandistas (total de 12.790). Este índice cresce no ano seguinte, mas somente em relação ao kardecismo, declinando ligeiramente no total de umbandistas. Esta divisória em **kardecismo e umbanda** indica-nos a proporção aproximada entre estes: em 1967, 90% dos espíritas são kardecistas e apenas 10% umbandistas. Um ano depois, em 1968, cresce ainda mais a proporção de kardecistas: 91,7% contra apenas 8,3% de umbandistas.

Por aproximação, podemos comparar ainda a proporção de espíritas na população geral do estado. Tomemos os Censos das décadas de 60 até 90. Em 1960 temos, no Estado de Santa Catarina, 9.965 indivíduos espíritas (0,46% da população). Em 1970, temos 11.387 espíritas (0,39% da população⁶); um crescimento em números absolutos de adeptos, mas um decréscimo em termos proporcionais. A proporção nas décadas seguintes não sofre grandes modificações: 0,39% da população em 1980 são espíritas, dos quais 74,3% são **kardecistas**, contra 25,7% classificados como “**espíritas afro-brasileiros**” indicando uma mudança significativa em relação a 1968, quando os

⁶População total de SC em 1960 = 2.129.252 habitantes; em 1970 2.901.660 habitantes.

kardecistas eram 91,7% dos espíritas e 8,3% umbandistas. Em 1991, outro crescimento dos kardecistas, mas ainda não recuperando os índices dos anos 60: na década de 90, eles são 85,6% dos **espíritas**, contra 14,4% dos **praticantes de Candomblé e Umbanda**, como foram classificados, totalizando 0,62% da população. (gráficos 1.e 2)



Dados: IBGE. Elaboração: Tramonte, 2001; Gráfico n.2 - Espíritas e povo-de-santo na pop. total de SC – 1960/70/80/91

A partir dos dados, pode-se inferir que, nos censos oficiais é tênue a presença dos espíritas em geral e dos praticantes das religiões afro-brasileiras em particular, certamente muito aquém da realidade, minimização resultante do contexto de repressão às religiões afro-brasileiras. A ínfima proporção de espíritas entre a população no Censo Oficial não corresponde à realidade, indicando que a invisibilidade destes permanece em Santa Catarina nas quatro últimas décadas, mas é ainda maior quando se trata de adeptos das religiões afro-brasileiras, apesar do ligeiro crescimento nos anos 90. Este dado aponta-nos a permanência de dificuldades de assunção pública da condição religiosa, que soma a remanescência de preconceitos do passado à permanência destes na atualidade. Há um aspecto positivo: a evolução da nomenclatura no censo oficial indica um ligeiro crescimento na aceitação da “africanidade” na religião: em 1967/68, nomeava-se apenas “umbandistas”; em 1980, “espíritas afro-brasileiros” e finalmente, em 1991, aparece claramente o “Candomblé” ao lado da Umbanda.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

Da confrontação entre os censos podemos inferir outras informações: a primeira delas é a “moeda de duas faces” à qual nos referimos anteriormente. Embora possa parecer contraditório o fato de que, na década de 60, as religiões afro-brasileiras em Florianópolis desaparecem dos meios de comunicação e reaparecem no Censo Oficial do Governo, estas são apenas as duas faces da mesma moeda, resultado do modelo ditatorial implantado a partir de 1964. O Estado autoritário brasileiro, ao mesmo tempo em que censura os meios de comunicação, fazendo com que desapareça da cena pública o “povo” brasileiro - anterior protagonista dos acontecimentos durante o período populista - faz com que emerge nos Censos e demais instrumentos de controle da sociedade civil todas as informações sociais, econômicas e culturais que poderiam ter estado até então invisíveis aos seus olhos e fora do controle estatal. Ou seja, o controle é o principal motor que determina o desaparecimento das religiões afro-brasileiras de Florianópolis em um âmbito e o reaparecimento em outro. Por mais paradoxal que possa parecer, o recenseamento do “povo-de-santo” e sua inclusão nas estatísticas oficiais será uma vitória da luta dos religiosos por sua visibilidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de controle do governo ditatorial, apesar da estatística minimizada oriunda dos estigmas que historicamente cercaram as religiões afro-brasileiras, extensíveis em grau menor ao espiritismo em geral.

Em síntese, os anos 40 a 70 do século XX se constituirão no período de busca de afirmação das religiões afro-brasileiras em Florianópolis. A abertura dos primeiros terreiros é um sinal desta intencionalidade, embora seja uma “afirmação invisível”, pois se trava dentro do estrito espaço geográfico dos terreiros. A Umbanda será a forma ritual pioneira para garantir os primeiros espaços, tendo o sincretismo como estratégia de sobrevivência. Este período será de preparação interna à rede do povo-de-santo para a ocupação do âmbito público e abertura dos canais de expressão nas décadas seguintes. Dando seguimento à tendência das primeiras décadas do século, a busca da saúde física e espiritual continuará sendo o principal motivo de integração às práticas religiosas afro-brasileiras, principalmente por parte das classes populares. Os primeiros centros abertos serão marcados por preconceitos por parte da opinião pública e desencadearão violenta repressão policial, para os quais os religiosos traçarão estratégias diferenciadas de enfrentamento. Para combater o poder institucionalizado da polícia, os adeptos, cientes de sua condição de subalternidade como parcela da população pobre e/ou negra

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

invocarão as entidades espirituais num conflito entre integrantes dos “Planos Superiores” humano e divino, optando pela não-violência ativa para resistir. A análise dos embates aponta também o “medo do feitiço” como traço presente na formação cultural brasileira. Assim, o período que abarca os anos 40 a finais da década de 60 foram de quebra de preconceitos, abertura dos primeiros espaços, pequena aproximação com outros setores sociais e busca de afirmação. O aceleramento do adensamento urbano nos anos 60 gera novos valores e coloca em cheque velhos preconceitos, criando o ambiente propício ao crescimento das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis na década seguinte, apesar do clima repressivo e controlador do governo ditatorial.